

SOCIEDADE

População e juristas unem-se no combate a uniões forçadas em Gaza

Adultos, adolescentes, representantes do governo local e organizações da sociedade civil juntaram-se, recentemente, no distrito de Manjacaze, província de Gaza, para debater estratégias de combate a uniões forçadas entre meninas e homens adultos.

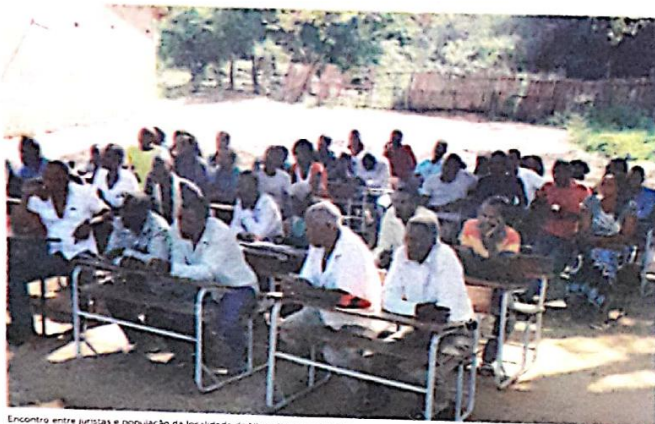
Texto: António Frades
Foto: O País

O evento aconteceu na localidade de Nhanchengue, no posto Administrativo de Chidenguele, e foi promovido pela Associação de Informação Jurídica de Moçambique, que tem lavado a cabo várias actividades viradas para o combate àquele mal no país.

A escolha da localidade de Nhanchengue prende-se com o facto de aquela zona ser considerada uma das que mais casos de uniões forçadas regista em Gaza, segundo informações das autoridades. Dados oficiais indicam que, em Gaza, 39% das raparigas engravidam precocemente, sendo as uniões forçadas, comumente chamadas "casamentos prematuros", uma das causas.

No encontro, os participantes foram unânimes ao defender a necessidade de se unir esforços para a erradicação do problema em questão, sob o risco de prejuízos à saúde e ao bem-estar das raparigas no futuro, caso medidas rigorosas contra não sejam tomadas.

Durante a sua intervenção, o chefe do posto da localidade de



Encontro entre juristas e população da localidade de Nhanchengue, em Gaza

Nhanchengue, Davisson Matias, criticou algumas famílias que continuam a influenciar que as suas filhas adolescentes aceitem manter relações amorosas com homens adultos, como forma de sobrevivência.

Neste contexto, Davisson Matias revelou, mesmo sem apresentar dados concretos, que os índi-

ces de uniões forçadas na sua área de jurisdição tendem a reduzir significativamente, devido a políticas e programas que o Governo e as organizações da sociedade civil têm vindo a implementar em Nhanchengue.

"O envolvimento do Governo e de outros parceiros no combate a este mal tem sido fundamental

não só na nossa localidade, mas em todas as parcelas do nosso país. Há que continuar a educar as nossas crianças, os pais e toda a comunidade no geral, sobre o impacto negativo que as uniões forçadas trazem para a sociedade", disse Matias.

Por sua vez, o jurista e presidente da Associação de Informação

Jurídica de Moçambique (AIJMOZ), Oliveira Massango, explicou sobre as penalizações que podem recair sobre as pessoas que promovem as uniões forçadas entre adultos e crianças. Na ocasião, Massango chamou atenção para a necessidade do cumprimento da lei no que diz respeito à idade para casamento e apelou às comunidades para estarem mais vigilantes e denunciarem tais actos às autoridades.

O debate sobre as uniões forçadas foi marcado, também, por uma campanha de atribuição massiva do Número Único de Identificação Tributária (NUTI) aos membros da comunidade.

Refira-se que as uniões forçadas entre adultos e meninas no país são consideradas um flagelo social, cujo combate ainda está longe de surtir os efeitos desejados, e violam, sobremaneira, os direitos das vítimas. Estudos indicam que Moçambique encontra-se entre os países com maior prevalência de uniões forçadas no mundo e apresenta índices de prevalência acima dos restantes países da África Austral e Oriental, ficando apenas atrás do Malawi. O fenómeno incide fortemente na zona rural, com maior prevalência em Cabo Delgado e Nampula.